

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às dez horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Regina Maria Filomena de Luca Miki, Presidente do CGFNSP e representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Alberto Liebling Kopittike, representante suplente do Ministério da Justiça; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, representante suplente da Procuradoria-Geral da República; ausente justificadamente os representantes da Casa Civil da Presidência da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. A Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Autorização para aquisições diretas no âmbito dos Projetos: CINTEPOL; SISTEMA ARENA; CAPACITAÇÃO e CONPORTOS; 2) Manifestação acerca do Projeto Centro de Comando e Controle do RJ; 3) Autorização para custeio de diárias e passagens aéreas com servidores e colaboradores.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho indagou à Presidente se havia notícias sobre a criação da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos. A Presidente informou que lamentavelmente o dispositivo de criação ainda não havia sido editado. Nesse momento houve a intervenção do Dr. José Ricardo Botelho de Queiroz que informou que o documento de criação encontrava-se em fase final de apreciação na Casa Civil da Presidência da República. Após estes esclarecimentos, a palavra foi passada ao Delegado de Polícia Federal, Dr. Moreti, Coordenador-Geral do CINTEPOL – Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica do Ministério da Justiça. Ao iniciar a exposição, o Delegado Moreti informou que o CINTEPOL possuía uma abrangência muito grande, porém o foco daquela apresentação seria restrito a parte que trata da integração das bases de dados dos Estados-sede da Copa do Mundo/2014. Em seguida, ele abordou os seguintes pontos: 1) Escopo detalhado do projeto; 2) O que não é o escopo do projeto; 3) Objeto do projeto; 4) Finalidades do projeto; 5) Pilares do CINTEPOL; 6) Estrutura analítica do Projeto; 7) Orçamento gerencial; 8) Detalhamento de ferramentas que serão disponibilizadas aos Estados; 9) Premissas para a integração das bases de dados; 10) A segurança nos acessos; 11) Treinamento e capacitação dos usuários; e 12) Bases integradas do DPF que serão disponibilizadas aos Estados-sedes. Finalizando, ele demonstrou o uso de algumas ferramentas e citou os equipamentos que fazem parte do projeto. Encerrada a exposição, a palavra foi franqueada aos Conselheiros que fizeram diversas indagações relacionadas ao Projeto, as quais foram esclarecidas pela equipe do CINTEPOL. Em especial, cabe registrar que no contexto das discussões foi informado que não haviam sido formalmente definidas quais as bases de dados que os Estados deverão disponibilizar para integrar ao CINTEPOL. Diante desta declaração, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho sugeriu que fosse estabelecido e firmado com cada Estado-sede um protocolo no qual constasse quais as bases de dados que obrigatoriamente deverão ser disponibilizadas. Em razão desta sugestão, o Dr. Botelho declarou que tal obrigação poderá constar na matriz de responsabilidade que está sendo gerada em cada Estado, porque ela será assinada pelos prefeitos, pelos governadores e pela Presidenta. Este projeto foi orçado em R\$ 15.975.843,00 (quinze milhões novecentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e três reais). Esclarecidas todas as dúvidas relacionadas ao CINTEPOL, o pleito foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

Ao anunciar o Projeto Sistema Arena, o Dr. Botelho informou que o projeto é gerenciado pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e que o objetivo do projeto no contexto dos grandes eventos será avaliar os riscos com ênfase na ameaça. Continuando, o Dr. Botelho rapidamente exemplificou situações em que a ferramenta poderá ser utilizada. Na sequência, a palavra foi passada ao Oficial Eduardo Izycki, que abriu a apresentação esclarecendo que a melhor forma de expor a contribuição do projeto na avaliação de risco seria demonstrando o funcionamento da metodologia e os produtos que podem ser

extraídos dela. Porém, ele começou a exposição salientando os seguintes aspectos: 1) Os ambientes de desenvolvimento; 2) Metodologia; 3) Fundamentos; 4) Experiências obtidas com a aplicação da metodologia e 5) Eventos que demandam a necessidade de uso da ferramenta. Em seguida, foram feitas demonstração do uso da ferramenta. O Oficial Izzycki informou que a sistema existente era limitado porque foi desenvolvido para um volume de dados pequeno, quando comparado com a massa de dados que será trabalhada nos grandes eventos. E por último ele informou que os recursos pleiteados visam o desenvolvimento e a ampliação dessa solução de forma a permitir a inserção dos dados de todos os estados-sede da copa e também dos estados adjacentes, bem como o gerenciamento de todas as informações. Com isto, será possível realizar avaliações de riscos de maneira mais dinâmica, rápida e confiável. Aberta a palavra aos conselheiros, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas. Neste contexto, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho observou que a Nota Técnica dos projetos estava assinada por um Delegado de Polícia Federal e declarou que pelo regimento do Conselho, os pleitos deveriam ter sido encaminhados mediante parecer técnico da SENASP. O Dr. Botelho explicou que havia um acordo entre a SENASP e a SESGE de que todos os assuntos relacionados aos grandes eventos serão de responsabilidade da equipe de trabalho da futura Secretaria Extraordinária e esclareceu que enquanto o trâmite burocrático para a criação da SESGE estava correndo, paralelamente situações que exigem demandas da futura secretaria estavam surgindo. A Presidente ressaltou que a SENASP não tinha condições de executar o Fundo, o PRONASCI e ainda tratar dos assuntos relacionados aos grandes eventos, porque na SENASP não há estrutura para tanto. O Dr. Botelho explicou que não poderia assinar a Nota Técnica de forma diferente porque a Secretaria existia de fato, mas não de direito. O Conselheiro Felipe Daruich Neto destacou que a Nota Técnica apresentada não estava de acordo com o regimento, porém o material enviado estava bem detalhado. Retomando a palavra, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho ponderou que o Conselho não estava aprovando projetos para uma secretaria que ainda não existia, porque os projetos em apreço vinculavam-se a órgãos da estrutura do Poder Executivo que existiam de fato e de direito. A Presidente declarou que em razão das especificidades desses projetos a SENASP não tinha capacidade técnica para declarar, por exemplo, se tantos metros de cabeamento estavam corretos ou não. Por outro lado, a SENASP poderá acompanhar execução desses projetos. A Presidente destacou que as explicações e as declarações que estavam sendo prestadas pelos técnicos estavam sendo colhidas mediante gravação, assim, posteriormente, esses técnicos poderiam assinar essas declarações, na forma de um parecer técnico. Após estas manifestações, o projeto foi aprovado por unanimidade. Registra-se que o valor estimado para este projeto foi de R\$ 4.301.577,00 (quatro milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e sete reais).

No preâmbulo do projeto de capacitação, o Dr. Botelho explicou que foi observado que as necessidades de cursos de capacitação das instituições envolvidas nos grandes eventos se repetiam como, por exemplo: cursos de línguas, cursos anti bombas, cursos com cães, dentre outros, então a SESGE propôs ao DEPAID – Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/SENASP que fosse elaborado um projeto de capacitação centralizado e nacionalmente uniformizado. Dito isso, a palavra foi passada para a Dra. Isabel que reportou ao que foi dito pelo Dr. Botelho, declarando que a idéia do projeto de capacitação é que ele seja um projeto integrado com todas as instituições que irão trabalhar na área de segurança pública da copa, porém esta decisão foi tomada recentemente e, em termos concretos, isso demandará diversas conversas com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, ABIN e Ministério da Defesa. A Dra. Isabel informou a que SENASP vem trabalhando na elaboração do projeto de capacitação para os entes federados há um ano, porque a decisão de integração é recente. Ela declarou que o DEPAID tem muito orgulho do projeto de capacitação dos entes federados porque ele foi elaborado numa metodologia de trabalho participativa, isto é, ele não foi feito pela SENASP, foi construído em parceria com todas as polícias estaduais dos entes envolvidos, que além de auxiliarem na construção do projeto também auxiliarão na execução do projeto, uma vez que eles colocarão suas estruturas à disposição para servirem de centros especiais de capacitação. Sendo assim, a marca da integração e da multidisciplinaridade foi o fio condutor de todo o processo. Por fim, a Dra. Isabel esclareceu que neste primeiro momento os recursos solicitados serão para dar início ao projeto de capacitação, porém ainda este ano será apresentada ao Conselho outra demanda orçamentária que será destinada para conveniamento. Na seqüência, o Coronel Fabio Manhaes

Xavier, Coordenador-Geral de Ensino/DEPAID/SENASP fez a exposição do projeto, pontuando os seguintes aspectos: 1) Histórico: o projeto foi concebido com participação das instituições de ensino (PM, PC e CBM) de cada estado-sede da copa e também das Instituições de Ensino Superior que fazem parte da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, posteriormente foi incorporado ao projeto a Rede de Ensino à Distância. A Matriz Curricular Nacional, que é uma referência estrutural sob o ponto de vista didático e pedagógico para a capacitação de profissionais em segurança pública, foi uma referência condutora de todo processo. O Cel. Fábio informou que está previsto no projeto diversas parcerias com Embaixadas. Porém, com o advento da Secretária Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, em fase de implantação, foi acrescido ao projeto: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a ABIN, a CONPORTOS e a Força Nacional de Segurança Pública; 2) Como o projeto será feito: a área trabalhada será a área de Ensino e cada Estado ou instituição que se agregar ao projeto terá um grupo gestor local com o objetivo de melhorar a estrutura educacional das instituições envolvidas; 3) Fases do projeto: a) Fases estruturantes: 1^a) Fase - Capacitação da Equipe Pedagógica e 2^a) Fase - Definição do conteúdo a ser trabalhado por meio de Grupos de Trabalho Temáticos; b) Fases processuais: 3^a) Fase - Realização de Cursos de Multiplicador (o conteúdo será replicado) e de Especialistas (absorção do conteúdo somente pelo destinatário) e 4^a) Fase - Replicação do conteúdo aos operadores pelos multiplicadores; 3) Centros de Excelência e Temáticas; 4) Quantidade de atividades a serem desenvolvidas pela SENASP no próximo semestre: grupo de trabalho (20); encontro de gestores (1); encontro de gestores - guardas municipais e perícia (02); capacitação de equipes pedagógicas (02); curso de multiplicador (03); curso de especialista (01); curso de especialista – embaixadas (02); serviços gráficos, estruturação da equipe de trabalho para implementação do projeto – diárias e passagens (18); cursos e eventos a serem realizados na área de Bombas e Explosivos (7). O valor orçado para estas atividades foi de R\$ 4.759.973,52 (quatro milhões setecentos e cinquenta e nove mil e novecentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos). As dúvidas e os questionamentos dos conselheiros foram apresentados e respondidos no decorrer da apresentação feita. Antes de o projeto ser colocado em votação, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho observou que a previsão de gasto da segunda parte do projeto estava estimada em R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões), sendo que a deliberação em apreço era de aproximadamente 5 milhões, o que representava menos de 10% do valor total projeto. O Conselheiro ressaltou que a aprovação dessa primeira parte, ainda que pequena, vincularia o Conselho, porque de certa forma ele terá que aprovar posteriormente o restante do projeto (mais de 90%), sendo que esta parte ainda não foi elaborada. A Dra. Isabel declarou que era perfeitamente compreensível a preocupação do Conselheiro, porém não há como qualificar a segunda parte do projeto sem desenvolver a primeira parte, porque somente a partir de encontros com os gestores será possível fazer o planejamento da segunda parte, que poderá inclusive reduzir o valor previsto. Por exemplo: o grupo de gestores poderá concluir que um determinado centro de capacitação tem capacidade para desenvolver 05 temáticas e não 01. A Dra. Isabel afirmou que era imprescindível a interlocução com todos os autores envolvidos, para a elaboração da segunda parte do projeto, porque a SENASP não poderá decidir o que será feito nos Estados sem ouvi-los. Ela ressaltou que o valor previsto para o restante do projeto (65 milhões) será para dotar os centros de capacitação dos Estados de infraestrutura adequada e isso será feito mediante convênios, portanto o processo terá que ser iniciado o mais rápido possível, porque os estados precisam preparar ainda todo o processo licitatório, etc. Ela salientou que se os centros não ficarem prontos há tempo, os Estados não poderão promover as capacitações planejadas. Foi destacado que o projeto disponibilizado aos Conselheiros estava completo, tanto que o valor da segunda parte estava registrado, o que estava faltando era o detalhamento relacionado ao valor que será conveniado, porque isso dependia de encontro com os gestores. Na seqüência, os conselheiros argumentaram diversas colocações feitas pela equipe do DEPAID. Por fim, a Dra. Isabel declarou que parte do que seria aprovado, como por exemplo, o encontro de gestores, ocorreria nos próximos meses, sendo assim, comprometeu-se a prestar contas ao conselho, de todas as decisões tomadas pelo grupo de gestores, assim que for encerrado o mencionado encontro. Com isso, o Colegiado acompanharia a execução de parte das atividades e antecipadamente teria conhecimento do que será proposto na segunda parte do projeto. Disso isso, a Presidente informou que o compromisso seria consignado na ata e colocou o projeto em votação, que foi aprovado por unanimidade. Registra-se que a sessão foi interrompida às 14h e o retorno foi programado para as 17h.

A sessão foi reaberta às 17h20m pelo Conselheiro Alberto Liebling Kopittike que informou que iniciaria a sessão porque a Presidente estava finalizando uma agenda. O Servidor Odécio Carneiro esclareceu que representaria o Dr. Botelho porque ele não poderia retornar à sessão porque foi convocado para participar de uma reunião na Casa Civil/PR. Ato contínuo, foi solicitada a antecipação do item 2 - Manifestação acerca do Projeto Centro de Comando e Controle do RJ porque o representante do Estado estava com viagem marcada para o início da noite. E com a aquiescência dos Conselheiros foi concedida a palavra para o Dr. Edval de Oliveira Novaes Júnior, Subsecretário de Modernização Tecnológica da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que informou que o projeto já havia sido apresentado na reunião anterior e colocou-se à disposição para eventuais dúvidas. O Conselheiro Felipe Daruich Neto indagou qual era o valor total do projeto e foi informado que o valor da obra a foi orçado em R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões). O Dr. Novaes informou que a obra estava sendo paga pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e que valor a ser repassado pelo Governo Federal será para equipar o Centro. Em seguida, o Dr. Novaes novamente exibiu as fotos e as plantas do projeto e os conselheiros fizeram diversas indagações sobre o Centro. Nesse ínterim, a Presidente retornou à sessão e foi inteirada sobre o que estava sendo discutido. Continuando, os Conselheiros ressaltaram a importância do Centro de Comando e Controle não só para os grandes eventos como também para o dia-a-dia do Estado do Rio de Janeiro, nesta ocasião foi dito que o legado do Centro trará muitos benefícios para o Estado. Dito isso, o Conselheiro Felipe Daruich Neto recordou que em 2007, quando foram realizados os Jogos Pan-americanos, o Conselho liberou recursos para a instalação do Centro de Comando e Controle no Rio de Janeiro, porém no projeto apresentado ficou evidenciado que está sendo construída uma sede própria para o Centro de Comando e Controle/RJ. Após esta colocação, o citado Conselheiro indagou se o legado daquele centro estava sendo utilizado. O Servidor Odécio informou que o Estado do Rio de Janeiro possui um Centro de Comando e Controle, porém ele não é grande e robusto como está sendo proposto agora. O Dr. Novaes explicou que o legado do PAN estava sendo plenamente utilizado pelo Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a infraestrutura de Rádio não está instalada no Centro de Comando e Controle, porém a informações obtidas pelo sistema de rádio chegam ao Centro. Nas discussões que se seguiram sobre o legado do PAN, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho indagou se existia a possibilidade de o legado do projeto, ora em apreço, ser pulverizado no futuro, após a copa, entre os órgãos envolvidos. O Dr. Novaes explicou que os bens, veículos, helicópteros utilizados no PAN foram adquiridos e doados pela SENASP. Agora, os recursos seriam repassados mediante convênio para o Estado do Rio de Janeiro que será o responsável pela compra desses bens que serão incorporados ao patrimônio do Estado. O servidor Odécio informou que a situação atual do Rio de Janeiro é bastante diferente daquela época porque se for levado em consideração que o Rio de Janeiro está investindo em todo o processo que envolve o Centro de Comando e Controle o valor da União é pequeno. Dito isso, o Dr. Novaes explicou que o Estado possui uma série de projetos correlatos ao Centro de Comando e Controle que somam aproximadamente R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) de investimentos, ou seja, são 23 milhões além dos 37 milhões anteriormente falados, os quais não foram citados por fazerem parte de um conjunto de projetos orbitam o Centro. Ato contínuo, o Dr. Novaes exibiu e explicou cada um desses projetos. Neste contexto, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho destacou que há previsão regimental para o Conselho se reunir fora de Brasília e sugeriu que no futuro o Conselho Gestor poderia realizar alguma reunião no Centro de Comando e Controle do Rio de Janeiro, não só para conhecer a tecnologia mencionada como também acompanhar “in loco” os dispêndios dos recursos do Fundo. Isto posto, a Presidente declarou que o Conselho poderá ser reunir não só no Rio de Janeiro como também em qualquer outra Unidade da Federação para acompanhar qualquer projeto aprovado com recursos do Fundo. Cabe esclarecer, que ao longo dessas explanações foram esclarecidas diversas dúvidas relacionadas ao legado porque alguns dos novos projetos tinham correlação com legado do PAN. Registra-se que o valor estimado para o projeto foi de R\$ 16.589.330,05 (dezesseis milhões quinhentos e oitenta e nove mil trezentos e trinta reais e cinco centavos). Esclarecidas as dúvidas apresentadas, o projeto foi colocado em votação e aprovado sem objeções.

Retomando à Pauta, o Projeto da CONPORTOS – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis foi exposto pelo Servidor da SENASP, Alexandre Arantes de Menezes. Preliminarmente, o servidor apresentou informações importantes relacionadas à CONPORTOS, como:

1) a criação: Decreto nº 1507, de 30/05/95; 2) a missão; 3) a composição: Ministérios: da Justiça, da Defesa (Comando da Marinha), Fazenda, Relações Exteriores e Transportes, sendo a coordenação exercida pelo Ministério da Justiça; 4) a CESPOTOS – Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Porto, Terminais e Vias Navegáveis, compostos por representantes do: DPF, Capitania dos Portos, Secretaria da Receita Federal, Administrações Portuárias e Governos Estaduais (pelas Secretarias de Segurança Públicas; 5) o funcionamento; 6) as competências da CONPORTOS e 7) a conexão do Brasil com o cenário internacional por intermédio da Organização Marítima Internacional – IMO, que é uma secretaria ligada diretamente à Organização das Nações Unidas, composta por 165 membros, dos quais o Brasil está incluso; Após este preâmbulo, o servidor falou sobre diversos assuntos relacionais ao contexto nacional e internacional que interferem na atuação e trabalho da CONPORTOS, dentre os quais destacaremos: 1) decisões relacionadas à segurança na navegação; 2) principais convenções afetas à CONPORTOS; 3) Código ISPS – Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias, cuja finalidade é intensificar a proteção marítima para os navios, empresas de navegação e instalações portuárias. Ocasão em que foi salientado que cabe à CONPORTOS, como autoridade designada pelo Governo Federal, a atribuição de implementação do Código ISPS nos portos brasileiros, bem como a de adotar as abordagens, compromissos e recomendações da IMO; 4) resoluções da CONPORTOS; 5) processo de aprovação do Plano de Segurança, dentre outros. Finalizando, o servidor destacou a importância do trabalho da CONPORTOS durante a realização dos grandes eventos e apresentou as necessidades relacionadas aos eventos, a saber: 1) Treinamento e aquisição de computadores para as CESPOTOS (RS, PR, SP, RJ, BA, PE, RN, CE e AM) para integrá-los aos Centros de Comandando e Controle da Copa 2014; 2) Aquisição de software de Governança, Risco, Conformidade e Consultoria no controle automatizado das Auditorias nas instalações portuárias, cuja finalidade é padronizar e informatizar as auditorias nos portos brasileiros com vistas à implementação efetiva dos planos de segurança das instalações portuárias brasileiras; 3) Realização de Seminário Internacional e Exercício de Gerenciamento de Crise em Segurança Portuária com a participação da CONPORTOS, CICTE-OEA e GSI/PR, com o objetivo de integrar os órgãos de Segurança Pública e de Defesa na implementação do Plano Nacional de Resposta a Incidentes de Proteção em Instalações Portuárias e Navios. O valor total do projeto: R\$ 1.292.188,96 (um milhão duzentos e noventa e dois mil cento e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos). Após as manifestações dos Conselheiros, o projeto foi colocado em votação e aprovado sem a necessidade de registros especiais. Concluída a aprovação do projeto, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho informou que em razão do adiantado da hora não poderia continuar na reunião porque tinha compromissos que não poderiam ser adiados, ponderando que a sua ausência não prejudicaria a reunião porque havia quorum para a última deliberação.

Os servidores Márcio Ponciano da Silva e Odécio Carneiro apresentaram o último ponto da pauta (autorização para o custeio de diárias e passagens para servidores e colaboradores). O servidor Ponciano indagou aos conselheiros se eles gostariam que fosse feita uma breve exposição do assunto ou se gostariam que fossem respondidos apenas os questionamentos. O Conselheiro Felipe Daruich Neto declarou que já tinha conhecimento do tema no âmbito do Ministério do Planejamento. A Presidente sugeriu que fossem respondidos os questionamentos dos Conselheiros. Aberta a palavra, a Presidente esclareceu que os recursos pleiteados serão repassados à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça que será o órgão responsável pelo pagamento destas diárias e passagens. O servidor Odécio Carneiro esclareceu que o custo das passagens foi baseado em levantamento de 04 companhias aéreas. Ao longo das discussões, o servidor Odécio informou que o valor solicitado trata-se do valor máximo porque o valor inicialmente previsto, após reunião no Ministério do Planejamento, foi novamente revisto e reduzido. A Presidente explicou que o detalhamento apresentado era uma previsão, ponderando que algumas viagens ali previstas poderão não ocorrer por vários motivos. A Presidente esclareceu que futuramente o Ministério da Justiça poderá propor aos Estados que arquem com parte dos gastos quando as viagens forem de interesse exclusivo da Unidade Federativa, porque não era interesse do Ministério onerar seu orçamento. Por outro lado, não há como o MJ realizar vistorias na construção das estruturas dos estádios dos estados-sede sem o acompanhamento de uma equipe técnica, porque vários procedimentos são realizados, como: a varreduras anti-bombas na construção, rastreamentos diversos com uso de cães, dentre outros. O Conselheiro Felipe Daruich Neto observou que foram previstas 11.736 diárias que serão

distribuídas entre 72 pessoas e indagou se estas pessoas eram distintas, ou seja, portadoras de CPF's diferentes. O servidor Odécio esclareceu que esse número referia-se a pessoas distintas e com perfis diferenciados, ou seja, um grupo realizará visitas técnicas e o outro, visitas administrativas, conforme detalhado nas respectivas tabelas. Em seguida, os Conselheiros fizeram diversos questionamentos sobre os números e cálculos constantes nas tabelas disponibilizadas, os quais foram respondidos pelos servidores Odécio e Ponciano. Após, o projeto foi colocado em votação e aprovado.

Findos os assuntos de Pauta, a Presidente propôs que as reuniões ordinárias do Colegiado fossem realizadas na primeira quarta-feira de cada mês e a sugestão foi aceita pelo Colegiado. A Presidente propôs mudanças na dinâmica das reuniões, sistematizando-as em duas partes, ou seja: 1) utilizar a primeira parte da reunião para alinhar metodologia de trabalho e discutir o regimento interno; e 2) dedicar a segunda parte da reunião para apresentação de prestações de contas de projetos antigos e para propostas de novos projetos. A Presidente finalizou suas colocações declarando que estas mudanças precisam estar de comum acordo com todos os Conselheiros.

Nada mais havendo para tratar, a Presidente encerrou a reunião às dezenove horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Regina Maria Filomena de Luca Miki
Presidente do CGFNPS

Alberto Liebling Kopittke
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Não representada
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procuradoria-Geral da República